

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras
Referente ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Sofisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

A Sofisa CFI é uma Instituição Financeira, controlada pelo Banco Sofisa e tem como objetivo principal a realização de financiamento para a aquisição de bens e serviços.

A Sofisa CFI atingiu no 1SEM2023 resultado contábil positivo de R\$ 817 mil (1SEM2022 R\$ 525 mil) com Resultado da Intermediação Financeira de R\$ 1.016 mil (1SEM2022 R\$ 614 mil) e Despesas Operacionais de (R\$ 67 mil) (1SEM2022 (R\$ 36 mil)).

Em sua posição patrimonial totalizou Ativos de R\$ 42.391 mil (1SEM2022 R\$ 41.862 mil); Aplicação Interfinanceiras de Liquidez: R\$ 8.350 mil (1SEM2022: R\$ 7.986 mil); Títulos e Valores Mobiliários: R\$ 8.093 mil (1SEM2022 R\$ 7.120 mil); e Outros Ativos de R\$ 25.883 mil (1SEM2022 R\$ 24.654 mil); Passivos de R\$ 15.040 mil (1SEM2022 R\$ 16.236 mil); Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas: R\$ 14.803 mil (1SEM2022 R\$ 14.091 mil), Outros Passivos: R\$ 237 mil (1SEM2022 R\$ 2.145 mil) e Patrimônio Líquido de R\$ 27.351 mil (1SEM2022 R\$ 25.626 mil).

Como parte integrante do Conglomerado Financeiro Sofisa, as atividades sociais estão descritas no Relatório de Administração do Controlador Banco Sofisa.

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 16 de agosto de 2023.

A Administração.

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

| Ativo | <u>30/06/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 65 | 13 |
| Disponibilidades | 65 | 13 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5) | 8.350 | 8.361 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 8.350 | 8.361 |
| Tít.e Valores Mob.e Instr. Financ.Derivativos (Nota 6) | 8.093 | 7.599 |
| Carteira própria | 8.093 | 7.599 |
| Outros Créditos (Nota 7) | 25.827 | 25.210 |
| Créditos tributários | 6.390 | 6.310 |
| Depósitos judiciais | 18.910 | 18.342 |
| Diversos | 527 | 558 |
| Outros Valores e Bens | 56 | 66 |
| Outros valores e bens | 13 | 13 |
| Provisão para redução ao valor recuperável de ativos | (13) | (13) |
| Despesas antecipadas | 56 | 66 |
| Total do ativo | <u>42.391</u> | <u>41.249</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

| Passivo | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras obrigações | 15.040 | 14.714 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 8) | 229 | 351 |
| Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota 9) | 14.803 | 14.350 |
| Diversas (Nota 10) | 8 | 13 |
| Patrimônio líquido (Nota 12) | 27.351 | 26.535 |
| Capital social de domiciliados no país | 17.500 | 17.500 |
| Reservas de lucros | 9.073 | 9.032 |
| Lucros acumulados | 776 | - |
| Outros resultados abrangentes | 2 | 3 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 42.391 | 41.249 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento.**Demonstrações do Resultado****Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas da intermediação financeira | 1.016 | 1.049 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.016 | 1.049 |
| Despesas da intermediação financeira | - | (435) |
| Operações de captações no mercado (Nota 18) | - | (435) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 1.016 | 614 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | (67) | (36) |
| Outras despesas administrativas (Nota 14) | (134) | (86) |
| Despesas tributárias (Nota 17) | (48) | (32) |
| Outras receitas operacionais (Nota 15) | 568 | 455 |
| Outras despesas operacionais (Nota 16) | (453) | (373) |
| Resultado operacional | 949 | 578 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 949 | 578 |
| Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11) | (132) | (53) |
| Provisão de imposto de renda / contribuição social | (220) | (129) |
| Ativo fiscal diferido | 88 | 76 |
| Resultado líquido do semestre | 817 | 525 |
| Resultado líquido por ação - R\$ | 0,05 | 0,03 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento.
Demonstrações do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido | 817 | 525 |
| Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda | (1) | 6 |
| Efeito tributário (a) | - | (3) |
| Resultado Abrangente | <u>816</u> | <u>528</u> |

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reservas de Lucros | | Outros resultados abrangentes | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|--------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | | Legal | Estatutária | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 17.500 | 3.047 | 5.985 | 3 | - | 26.535 |
| Resultado do semestre | - | - | - | - | 817 | 817 |
| Reserva Legal | - | 41 | - | - | (41) | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | (1) | - | (1) |
| Saldos em 30 de junho de 2023 | 17.500 | 3.088 | 5.985 | 2 | 776 | 27.351 |

| | Capital social | Reservas de Lucros | | Outros resultados abrangentes | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|--------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | | Legal | Estatutária | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 17.500 | 2.975 | 4.626 | (3) | - | 25.098 |
| Resultado do semestre | - | - | - | - | 525 | 525 |
| Reserva Legal | - | 26 | - | - | (26) | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Saldos em 30 de junho de 2022 | 17.500 | 3.001 | 4.626 | - | 499 | 25.626 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido ajustado | 614 | 380 |
| Resultado líquido do período | 817 | 525 |
| Provisão para impostos diferidos | (88) | (76) |
| Atualização dos depósitos judiciais (Nota 15) | (568) | (442) |
| Atualização de passivos contingentes (Nota 16) | 453 | 373 |
| Variação de Ativos e Passivos | (562) | 1.695 |
| (Aumento) redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 11 | 22.985 |
| (Aumento) redução em Títulos e Valores Mobiliários | (494) | (373) |
| (Aumento) redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens | 49 | 54 |
| (Redução) aumento em Depósitos Interfinanceiros | - | (22.941) |
| (Redução) aumento em Outras Obrigações | 174 | 2.072 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (302) | (102) |
| Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais | 52 | 2.075 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa | 52 | 2.075 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 13 | 27 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 65 | 2.102 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa | 52 | 2.075 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“CFI” ou “Instituição”), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A.

Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/20; e
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.924/21.

A Resolução nº 4.966/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 9, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A. aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2022, seguindo as disposições trazidas por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano está dimensionado para atender as alterações determinadas, dentro do prazo estipulado pela nova legislação regulamentar.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 16 de agosto de 2023.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados “*pro-rata*” die.

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério “*pro-rata*” die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação – são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento.

A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente.

d. Outros ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 30 de junho de 2023 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento as Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias.

A Medida Provisória MP 1.115 de abril de 2022, convertida em Lei nº 14.446, majorou a alíquota da CSLL em 1% para o período de agosto a dezembro de 2022, passando de 20% para 21% para os Bancos de qualquer espécie e de 15% para 16% para as demais entidades reguladas pelo Banco Central.

f. Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº319/22, sendo observadas as seguintes regras:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade.

h. Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a emissão da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços.

j. Demonstração do fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto. Conforme disposto na Resolução - CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>30/06/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 65 | 13 |
| Total | 65 | 13 |

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | <u>30/06/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Curto Prazo | 2.240 | - |
| Longo Prazo | 6.110 | 8.361 |
| Total | 8.350 | 8.361 |

Composto por R\$ 2.240 com vencimento em 06/2024 e R\$ 6.110 com vencimento em 07/2025. O indexador utilizado é 100% CDI em 30 de junho de 2023 (100% CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Títulos e Valores mobiliários

| | 30/06/2023 | | 31/12/2022 | |
|-------------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Valor Curva | Valor Mercado | Valor Curva | Valor Mercado |
| Disponíveis para venda | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 8.089 | 8.093 | 7.594 | 7.599 |
| Total | 8.089 | 8.093 | 7.594 | 7.599 |

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2023 são de curto prazo (longo prazo em 31 de dezembro de 2022) com vencimento em 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes, líquida dos respectivos impactos tributários. O valor justo baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais-ANBIMA) ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos – Diversos

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-------------|---------------|---------------|-------------|---------------|---------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Total | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
| Créditos tributários (a) | - | 6.390 | 6.390 | 195 | 6.115 | 6.310 |
| Devedores por depósitos em garantias | - | 18.910 | 18.910 | - | 18.342 | 18.342 |
| Imposto de renda a compensar /recuperar | - | 527 | 527 | - | 558 | 558 |
| Total | - | 25.827 | 25.827 | 195 | 25.015 | 25.210 |

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

| | Créditos tributários | | | |
|--|----------------------|-------------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2022 | Realização/ reversão | Constituição | 30/06/2023 |
| Prejuízos fiscais | 342 | (62) | - | 280 |
| Base negativa de CSLL | 219 | (37) | - | 182 |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para riscos tributários e trabalhistas | 5.740 | - | 181 | 5.921 |
| Provisão para perdas com BNDU | 5 | - | - | 5 |
| Outras | 6 | (10) | 5 | 1 |
| | 5.751 | (10) | 186 | 5.927 |
| Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda | (2) | (1) | 4 | 1 |
| Total do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social | 6.310 | (110) | 190 | 6.390 |

a.1) Expectativa de realização dos créditos tributários:

| Ano | Prejuízo Fiscal | Base Negativa CSLL | Diferenças temporárias | | Total | Valor presente* |
|--------------|-----------------|--------------------|------------------------|---------------------|--------------|-----------------|
| | | | Imposto Renda | Contribuição Social | | |
| 2024 | 106 | 64 | 2 | 1 | 173 | 163 |
| 2025 | 110 | 66 | 1 | 1 | 178 | 160 |
| 2026 | 64 | 52 | 1 | 1 | 118 | 97 |
| 2027 | - | - | 3.701 | 2.220 | 5.921 | 3.992 |
| Total | 280 | 182 | 3.705 | 2.223 | 6.390 | 4.412 |

*Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|-------------------------------------|---|-------------|------------|-------------|-------------|------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Total | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
| | Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro | 220 | - | 220 | 349 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 9 | - | 9 | 2 | - | 2 |
| Total | 229 | - | 229 | 351 | - | 351 |

9. Provisão para Riscos Tributários

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------|----------------------------------|---------------|---------------|-------------|---------------|---------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Total | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
| | Provisão para riscos tributários | - | 14.803 | 14.803 | - | 14.350 |
| Total | - | 14.803 | 14.803 | - | 14.350 | 14.350 |

A provisão para riscos tributários constituída refere-se à discussão judicial acerca do conceito de faturamento nos moldes da Lei nº 9.718/1998, aplicável às contribuições sociais PIS/COFINS, no montante atualizado de R\$ 14.803 (R\$ 14.350 em 31 de dezembro de 2022). Por tratar-se de obrigação legal os saldos estão integralmente registrados. Os valores objeto desta discussão foram integralmente depositados (nota explicativa nº 7).

A CFI não possui discussão trabalhista com expectativa de perda possível.

A CFI não possui discussões de naturezas cíveis com expectativas prováveis e/ou possíveis de perda para o semestre findo em 30 de junho de 2023.

| 30/06/2023 | | | |
|-----------------------------|----------------------|---|--------------------|
| Passivos para riscos | Saldo inicial | Atualização (reversão) da provisão | Saldo Final |
| Tributários | 14.350 | 453 | 14.803 |
| Total | 14.350 | 453 | 14.803 |

| 31/12/2022 | | | |
|-----------------------------|----------------------|---|--------------------|
| Passivos para riscos | Saldo inicial | Atualização (reversão) da provisão | Saldo Final |
| Tributários | 13.541 | 809 | 14.350 |
| Trabalhista | 177 | (177) | - |
| Total | 13.718 | 632 | 14.350 |

10. Outras Obrigações Diversas

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | Curto prazo | Curto prazo |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 8 | 13 |
| Total | 8 | 13 |

11. Imposto de Renda e Contribuição social

| | 30/06/2023 | 30/06/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 949 | 578 |
| Lucro ajustado antes da tributação | 949 | 578 |
| Alíquota vigente | 40% | 40% |
| Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente | (380) | (231) |
| Adições (Exclusões) Permanentes | | |
| Outros ajustes | 248 | 178 |
| Imposto de renda e contribuição social do semestre | (132) | (53) |

12. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2023, está representado por 17.500 (17.500 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, sem valor nominal.

Dividendos

O estatuto social da CFI assegura ao acionista o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) ou reter em reserva de lucros.

Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros da CFI é composta por reserva legal e reserva estatutária.

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Sofisa S.A. CFI, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A CFI não possui outras reservas de lucros.

13. Transações com Partes Relacionadas

| <u>Ativos</u> | <u>30/06/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades (Nota 4) | 65 | 13 |
| Certificado de depósitos interfinanceiros (Nota 5) | 8.350 | 8.361 |

| <u>Receitas</u> | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros | 521 | 682 |

| <u>Despesas</u> | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Despesas com depósitos interfinanceiros | - | (435) |

As operações foram efetuadas com o Banco Sofisa S.A.

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo ou pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

14. Outras Despesas Administrativas

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Processamento de dados | (74) | (69) |
| Serviços do sistema financeiro | (24) | (10) |
| Publicação | (9) | (5) |
| Outras despesas administrativas | (27) | (2) |
| Total | (134) | (86) |

15. Outras Receitas Operacionais

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Atualizações de depósitos judiciais | 568 | 442 |
| Diversas | - | 13 |
| Total | 568 | 455 |

16. Outras Despesas Operacionais

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Atualização de provisão para risco (a) | (453) | (373) |
| Total | (453) | (373) |

(a) Composto por contingência tributária em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022.

17. Despesas Tributárias

| Impostos Federais | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Cofins | (41) | (25) |
| Pis | (7) | (4) |
| Impostos Municipais | - | (4) |
| Total | (48) | (32) |

18. Despesas de Operações de Captação no Mercado

| | <u>30/06/2023</u> | <u>30/06/2022</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos interfinanceiros | - | (435) |
| Total | - | (435) |

19. Gestão de Riscos e Basileia

Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 30 de junho de 2023 é de 14,17% (14,26% em 30 de junho de 2022).

20. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme Resolução BCB N° 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

William de Almeida
(Contador)

Silvia Scorsato
(Diretora Responsável Área Contábil)

Alexandre Burmaian
(Presidente)